



Governo do Estado de São Paulo
Controladoria Geral do Estado
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público

Despacho

Assunto: DECISÃO - CGE-CODUSP/LAI 427/2022

Número de referência: CGE-PRC-2022/00370 - PROTOCOLO SIC Nº [REDACTED]

SECRETARIA: Secretaria Estadual da Administração Penitenciária - SAP

ASSUNTO: Pedido de informação formulado por [REDACTED]

EMENTA: Solicitação de informação sobre a quantidade de ASPs que estão em desvio de função atualmente e qual função estão desempenhando. Razões de recusa de atendimento indicadas. Provimento negado.

DECISÃO - CGE-CODUSP/LAI Nº 427/2022

1. Trata o presente expediente de pedido formulado à Secretaria Estadual da Administração Penitenciária - SAP, conforme consta do Protocolo SIC e ementa em epígrafe.
2. A ausência de resposta recursal motivou o apelo cabível a esta Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário do Serviço Público da Controladoria Geral do Estado, conforme atribuição prevista no artigo 32 do Decreto nº 61.175, de 18 de março de 2015, e, nos termos do artigo 27, incisos II e VII, do Decreto nº 66.850, de 15 de junho de 2022.
3. Instado a sanar a supressão de instância o órgão forneceu as informações que dispunha e informou que: "(...) Considerando que não dispomos dos dados solicitados de forma informatizada e que atualmente enfrentamos um déficit de servidores da área meio, se torna humanamente impossível fazer o levantamento solicitado visto à necessidade de se verificar uma por uma as 4.706 designações/nomeações e, ainda, dar continuidade aos trabalhos afetos a este departamento." Cientificado, o solicitante demonstrou-se insatisfeito com a resposta e reiterou a solicitação.
4. No caso concreto em análise, verifica-se que o ente justificou a negativa do atendimento, indicando as razões da recusa do pedido.
5. Nesse sentido, vale lembrar que o Decreto nº 7.724, de 2012, afasta a necessidade de atendimento de pedidos de acesso à informação que demandem trabalhos adicionais de análise, interpretação ou consolidação de dados e informações, ou quando requeiram a produção ou tratamento de dados e informações que não sejam de competência do órgão ou entidade.
6. Considerando que o órgão justificou adequadamente a negativa de acesso a informação requerida, nos termos da legislação vigente, oportunidade em que forneceu os dados que dispunha no momento, segundo entendimento do art. 13 do citado Decreto federal nº 7.724, **conheço do recurso** e, no mérito, **nego provimento**, com fundamento no artigo 11, § 1º, II, da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, ausentes quaisquer das hipóteses recursais previstas no artigo 20 do Decreto nº 58.052, de 16 de maio de 2012, com redação dada pelo Decreto nº 61.175, de 18 de março de 2015, alterado pelo aludido Decreto 66.850 de 15 de junho de 2022.

Classif. documental

006.03.02.001

Governo do Estado de São Paulo
Controladoria Geral do Estado
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público

7. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, para ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 10 (dez) dias, arquivem-se os autos.

São Paulo, 28 de dezembro de 2022.

Antonio Carlos Santa Izabel
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público - Corregedor
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público